

Exercícios de IRS Resolvidos - Ano Fiscal de 2008

Exercícios Introdutórios

Todos os valores apresentados são em Euros

Exercício 1

António e Maria são casados e têm um filho, Alexandre, com 3 anos completos em 03-10-2008; são residentes em Ponta Delgada, R.A.A.

Maria auferiu em 2008 rendimentos de trabalho dependente no valor de 11.984,70; António auferiu em 2008 rendimentos de trabalho dependente no valor de 7.483,17, tendo igualmente em 2008 obtido de uma actividade empresarial por conta própria um total de proveitos de 36.412,24, sendo 13.218,14 oriundos de serviços prestados e 23.194,10 de vendas de mercadorias. António não exerceu opção por contabilidade organizada na tributação da sua actividade empresarial, pelo que será tributado pelo regime simplificado, uma vez que nos anos anteriores não atingiu os limites legais do artº 28º CIRS.

Informações adicionais:

- Despesas de saúde = 613,52;
- Despesas com educação do Alexandre = 264,36;
- Encargos com crédito à habitação (valor comunicado pelo banco) = 5.396,88 (correspondente à amortização de capital + juros);
- Retenções na fonte da Maria (Cat. A) = 623,20;
- Retenções na fonte do António (Cat. A) = 89,80;
- Valores descontados por Maria para o Sindicato = 107,86;
- Pagamentos por Conta do António = 255,00 (85,00 cada);
- Contribuições da Maria para a Segurança Social = 1.318,32;
- Contribuições do António para a Segurança Social = 823,15.

Pretende-se:

- a) Calcule o IRS a pagar (ou a receber) relativo a este agregado familiar.
- b) Considerando os valores calculados na alínea a). Qual é o valor do IRS liquidado em 2008?
- c) Se António não tivesse sido obrigado a efectuar os 3 pagamentos por conta em 2008, qual seria o imposto que o casal teria a pagar (ou a receber)? E qual o imposto liquidado?
- d) Calcule o valor de cada pagamento por conta que António terá que efectuar em 2010.
- e) Suponha agora que António e Maria têm em conjunto, desde 1999, uma Conta Poupança-Habitação (CPH). Se dos 5.396,88 que pagaram pelo seu crédito à habitação em 2008, 4.352,28 tivessem sido mobilizados da CPH com valores depositados até 31-12-2004, qual seria o valor que deduziriam à colecta relativamente ao crédito à habitação?

Resolução do Exercício 1

Agregado familiar = António + Maria + Alexandre (al. a) nº3 e nº4 do artº 13º CIRS)

Maria

$RB_A = 11.984,70$ (Artº 2º)

$DE_A = ?$

Valor descontado p/ Seg. Social = $11\% \times 11.984,70 = 1.318,32$ (al. a) nº1 artº 25º CIRS): É menor que $72\% \times 426,00 \times 12 = 3.680,64$ (pelo que é este o valor a deduzir).

Descontos para o sindicato (al.c, nº1 artº 25º CIRS)

Limite = $1\% \times 11.984,70 = 119,85$

$107,86 < \text{Lim } 119,85$; $107,86 \times 1,5 = 161,79$ (valor majorado a deduzir)

$DE_A = 3.680,64 + 161,79 = 3.842,43$

$RL_A = 11.984,70 - 3.842,43 = 8.142,27$

António

$RB_A = 7.483,17$ (Artº 2º)

$DE_A = ?$

Valor descontado p/ Seg. Social = $11\% \times 7.483,17 = 823,15$ (al. a) nº1 artº 25º CIRS):): É menor que $72\% \times 426,00 \times 12 = 3.680,64$ (pelo que é este último o valor a deduzir).

$DE_A = 3.680,64$

$RL_A = 3.802,53$ (Artº 2º)

$RB_B = 36.412,24$

O total de rendimentos brutos englobados é de $11.984,70 + 7.483,17 + 36.412,24 = 55.880,11$

$55.880,11 \times 50\% = 27.940,06$. O rendimento de Cat. B é superior ao primeiro limite definido pelo nº6 do artº 31º CIRS, pelo que não estamos na presença de rendimentos acessórios.

Vamos, portanto, aplicar as regras gerais da tributação pelo Regime Simplificado:

$RL_B = (23.194,10 \times 0,2) + (13.218,14 \times 0,70) = 4.638,82 + 9.252,70 = 13.891,52$ (nº2 artº 31º)

Rendimento colectável (Agregado) = $8.142,27 + 3.802,53 + 13.891,52 = 25.836,32$

[Artº 69º CIRS] $25.836,32 / 2 = 12.918,16$

[Artº 68º CIRS] Usamos as taxas para os residentes na RAA

$7.017,00 \times 9,0778\% = 636,99$

$(12.918,16 - 7.017,00) \times 18,8\% = 1.109,42$

[Artº 69º CIRS] $(636,99 + 1.109,42) \times 2 = 3.492,82$ (colecta)

Exemplo de confirmação pela tabela prática (facultativo)

$(12.918,16 \times 18,8\%) - 682,21 = 1.746,41$

$1.746,41 \times 2 = 3.492,82$ (colecta)

Ded. à Colecta

[al. a), nº1, artº 79º CIRS] $(55\% \text{ Maria} + 55\% \text{ António}) \times 426,00 = 468,60$

[al. d), nº1, artº 79º CIRS] $40\% \times 426,00 = 170,40$

O limite previsto no nº3 do Artº 79º não é aplicável neste caso.

[al. a), nº1, Artº 82º CIRS] $30\% \times 613,52 = 184,06$

[nº1 Artº 83 CIRS] $30\% \times 264,36 = 79,31$ (posso deduzir na totalidade, pois é menor que o limite definido no nº1, ou seja, $160\% \times 426,00 = 681,60$)

[al.a), nº1, Artº 85º CIRS] $5.396,88 \times 30\% = 1.619,06$ (o limite é 586,00, logo só deduzo 586,00)

Sub-total Ded. Colecta (nº1 Artº 78º CIRS) = 1.488,37

[nº2 Artº 78º] RnF Maria = 623,20

RnF António = 89,80

PPC António = 255,00

Sub-total Ded. Colecta (nº2 Artº 78º CIRS) = 968,00

Total de Deduções à Colecta = 2.456,37

Respostas:

a) IRS a pagar = $3.492,82 - 2.456,37 = 1.036,45$

b) IRS Liquidado = IRS a pagar + PPC + RnF, ou IRS Liquidado = PPC + RnF - IRS a receber;
Poderá também calculá-lo da seguinte forma: Colecta - total do nº1 do Artº 78º.
IRS Liquidado = 2.004,45.

c) $1.036,45 + 255,00 = 1.291,45$. O imposto liquidado não sofreria alteração: 2.004,45.

d) Cálculo do PPC (para procedermos ao pagamento em 2010)

$75\% [(3.492,82 - 1.488,37) \times (13.891,52 / 25.836,32) - 0] = 75\% \times (2.004,45 \times 0,5377) =$
 $75\% \times (1.077,74) = 808,31$

$808,31 / 3 = 269,44$ (nº3 artº 102º)

269,44 arredonda-se para 270,00 (nº3 artº 102º)

270,00 → valor de cada pagamento em Jul/Set/Dez 2010

e) Dos 5.396,88 só poderíamos considerar $5.396,88 - 4.352,28 = 1.044,60$
(ver nº1 artº 85º)

$1.044,60 \times 30\% = 313,38 < \text{Lim } 586,00$

...deduziríamos, portanto, apenas 313,38 neste cenário.

Exercício 2

André e Beatriz são casados e têm 3 filhos menores, com idades de 2, 5 e 9 anos em 31-12-2008; são residentes na Ribeira Grande, R.A.A.

Beatriz não angariou rendimentos e André obteve em 2008 só rendimentos de trabalho dependente, tendo descontado 11% deste para a Segurança Social. O seu ordenado base mensal é de € 2.910,00.

Há alguns anos contrairam uma dívida para adquirir a casa onde residem, pelo que pagaram este ano prestações (juros + amortizações de capital) no valor de 5.992,79.

As despesas totais com saúde foram de 648,44, tendo sido reembolsados em 249,40.

As despesas com educação totalizaram 3.200,00, sendo relativas aos 3 filhos.

Pagaram ainda 1.249,40 relativos a um seguro de vida (que beneficia um dos cônjuges ou os seus filhos).

Pretende-se:

- Considerando, por simplificação, que o rendimento bruto da Cat. A do André foi o resultado de 12 ordenados-base sempre iguais, acrescido de Subsídio de Férias e de Natal de igual montante, calcule a retenção na fonte anual efectuada pela entidade patronal do André.
- O imposto a pagar pelo casal e a justificação (com menção do respectivo enquadramento legal) dos cálculos.
- Saber qual o IRS liquidado no ano de 2008.

Resolução do Exercício 2

Agregado familiar = André + Beatriz + 3 filhos menores (al. a) nº3 e nº4 do artº 13º CIRS)

Cálculo das retenções na fonte (Cat. A) do André

$$RB_A = 2.910,00 \times 14 = 40.740,00$$

2.910,00 é o ordenado mensal, então para calcularmos a retenção na fonte mensal temos:

Ver tabela II (Açores) → Escalão "Até 3.180,00", coluna "3 dependentes" → na intersecção chegamos à taxa de 12,80%.

Resposta a) $RnF_A = 2.910,00 \times 12,80\% \times 14 = 5.214,72$.

Os subsídios de férias e de Natal sofrem retenção na fonte mas não acrescem ao valor do mês para efeitos de definição da taxa, cf. nº4 do artº 3º do DL 42/91 de 22/01.

Cálculo do IRS a pagar / a receber do agregado familiar

$$RB_A = 2.910,00 \times 14 = 40.740,00$$

$$\text{Descontos para a Seg. Social} = 11\% \times 40.740,00 = 4.481,40 > 3.680,64$$

Deduzo, portanto, 4.481,40 ao RB_A

$$RL_A = 36.258,60$$

$$\text{Rend. Colectável} = 36.258,60$$

$$[\text{Artº 69º CIRS}] 36.258,60 / 2 = 18.129,30$$

[Artº 68º CIRS, tabela RAA]

$$17.401,00 \times 14,8795\% = 2.589,18$$

$$728,30 \times 27,2\% = 198,10$$

$$[\text{Artº 69º CIRS}] 2.787,28 \times 2 = \mathbf{5.574,56 \text{ (Colecta)}}$$

Ded. à Colecta

$$[\text{al. a), nº1, Artº 79º CIRS}] 55\% \times 426,00 \times 2 = 468,60 \text{ (Casal)}$$

$$[\text{al. d), nº1, Artº 79º CIRS}] 40\% \times 426,00 \times 2 = 340,80 \text{ (2 Dependentes)}$$

$$[\text{al. d), nº1 e nº3 Artº 79º CIRS}] 80\% \times 426,00 = 340,80 \text{ (Dependente menor de 3 anos)}$$

$$[\text{al. a), nº1, Artº 82º CIRS}] 30\% \times (648,44 - 249,40) = 119,71$$

[nº1, Artº 83º CIRS] $30\% \times 3.200,00 = 960,00$

Nestas circunstâncias, consideramos o limite do nº2 do artº 83º CIRS, sendo este $(1,6 \times 426) + (0,3 \times 426,00 \times 3) = 1.065,00$, pelo que vamos deduzir os 960,00.

[al. a), nº1, Artº 85º CIRS] $30\% \times 5.992,79 = 1.797,84 > \text{Lim } 586,00$, pelo que deduzo o limite.

[Artº 86º CIRS] $25\% \times 1.249,40 = 312,35 > \text{Lim } 124,00$, pelo que deduzo 124,00.

Sub-total do nº1 do artº 78º CIRS= 2.939,91

[nº2, Artº 78º CIRS] $RnF_A = 5.214,72$

Total das Ded. à Colecta = 8.154,63

$5.574,56 - 8.154,63 = - 2.580,07$.

É menor do que o valor das RNF + PPC, pelo que vamos ter...

b) IRS a receber = 2.580,07

c) IRS Liquidado = $5.214,72 - 2.580,07 = 2.634,65$

ou $5.574,56 - 2.939,91 = 2.634,65$

Exercício 3

Carlos é solteiro, não tem dependentes a seu cargo, é residente na Madalena do Pico, R.A.A. Auferiu em 9 meses de 2008 rendimentos de trabalho dependente num total de somente 4.300,00. No entanto, Carlos tem também uma actividade empresarial por conta própria, tendo optado pelo regime de tributação segundo a contabilidade organizada. Em 2008 os valores da sua actividade empresarial foram os seguintes:

- Proveitos com vendas de mercadorias = 52.373,77
- Indemnização recebida da C^a Seguros (por perda de mercadorias) = 997,60
- Custo da Mercadoria Vendida = 33.544,16
- Custo com pessoal = 6.110,27 (Carlos não é remunerado)
- Despesas de representação = 99,76
- Amortização de uma viatura de mercadorias = 3.990,38
- Renda do armazém = 711,11
- Encargos financeiros = 776,89
- Seguro da viatura de mercadorias = 65,78

Informações adicionais:

- Seguro de acidentes pessoais = 120,00
- Despesas de saúde = 44,44
- Retenção na fonte (cat. A) = 51,60
- Contribuição para a segurança Social = 473,00

Pretende-se:

- a) O valor do IRS a pagar / a receber pelo Carlos.
- b) Qual o valor do imposto liquidado.
- c) Se Carlos tivesse um dependente com 12 anos (continuando a ser solteiro), qual seria o imposto a pagar / a receber? Considere que todos os restantes dados permanecem iguais.
- d) Desconsidere agora a hipótese colocada na alínea c).
Verifique se o Carlos vai ser obrigado a efectuar pagamentos por conta em 2010.
- e) Se você estivesse no lugar do Carlos, consideraria vantajoso apresentar despesas de representação no âmbito da sua actividade?

Resolução do Exercício 3

Sujeito Passivo → Carlos (nº 1 do Artº 13º)

$RB_A = 4.300,00$

Descontos p/ Seg. Social = 473,00

$DE_A = 3.680,64$ [al.a) nº1 Artº 25º]

$RL_A = 619,36$

$RB_B = 52.373,77 + 997,60 = 53.371,37$

Total de custos = 45.298,35.

Nesta situação, esta é a nossa DE_B , uma vez que não existem despesas de deslocação, pelo que não aplicamos as correcções previstas no artº 33: aceitamos a totalidade das custos registados na contabilidade como custos fiscais.

$RL_B = 8.073,02$

Rend. Colectável = 8.692,38. O Artº 69º não se aplica neste caso.

[Artº 68º CIRS]

$7.017,00 \times 9,0778\% = 636,99$

$1.675,38 \times 18,8\% = 314,97$

Total = 951,96

[Nº2 Artº 73º, Tributação Autónoma] $(25\% \times 0,7) \times 20\% \times 99,76 = 3,49$

Colecta = 951,96 + 3,49 = 955,45

Ded. à Colecta

[al.a), n.º1, Art.º 79.º CIRS] $55\% \times 426,00 = 234,30$

[al.a), n.º1, Art.º 82.º CIRS] $30\% \times 44,44 = 13,33$

[al.a), n.º1, Art.º 86.º CIRS] $25\% \times 120,00 = 30,00 < \text{Lim } 62,00$

Sub-total do n.º1 do art.º 78.º CIRS = 277,63

[n.º2, Art.º 78.º CIRS] RnF = 51,60

Total das Ded. à Colecta = 329,23

Respostas:

a) IRS a pagar = $955,45 - 329,23 = 626,22$

b) IRS Liquidado = $626,22 + 51,60 = 677,82$ **ou**, se preferir, $955,45 - 277,63 = 677,82$

c) Subimos a dedução à colecta do agregado familiar do Carlos (neste cenário), pois deduziríamos mais $40\% \times 426,00 = 170,40$ (pelo dependente) e mais $(80\% - 55\%) \times 426,00 = 106,50$ (pelo facto de passar a ser um agregado monoparental).

$329,23 + 170,40 + 106,50 = 606,13$. Assim, a ded. à colecta passaria a ser 606,13 e não 329,23, e levar-nos-ia a um IRS a pagar de somente 349,32.

d) PPC (2010) = $75\% [(955,45 - 277,63) \times (8.073,02 / 8.692,38) - 0] = 75\% \times 629,52 = 472,14$
(N.º3 art.º 102.º) $472,14 / 3 = 157,38$.

Arredondamos para 158,00 cada PPC (a pagar em Jul/Set/Dez 2010)

e) $99,76 \times 18,8\% = 18,75$ (que é a dedução real das despesas de representação no IRS do Carlos)

$99,76 \times (25\% \times 0,7) \times 0,2 = 3,49$ (a parte que paga pela Tributação Autónoma)

Ou seja, o Carlos poupa 18,75 e paga autonomamente 3,49, pelo que tem uma poupança global no seu imposto de 15,26.

Podemos ainda tirar a conclusão de que quanto maiores os rendimentos líquidos (e consequentemente, a taxa de tributação), maior a poupança fiscal obtida com despesas apresentadas como custos na cat. B – contabilidade organizada, mesmo sendo tributadas autonomamente.

Exercício 4

Mário e Paula são casados e têm dois filhos, Daniel (18 anos) e Isadora (15 anos).

São residentes em Angra do Heroísmo, R.A.A.

Paula é sócia-gerente de uma sociedade comercial, recebendo pelas suas funções um ordenado mensal de 2.300,00 (considere, neste caso, uma taxa de Segurança Social de 10%).

Mário é empregado por conta de outrem, auferindo uma remuneração mensal de 1.400,00 (considere uma taxa de Segurança Social de 11%).

Daniel, o filho mais velho, completa em 23-01-2009 19 anos, estando actualmente a frequentar o 12º ano de escolaridade. No entanto, num emprego a tempo parcial, obteve em 2008 rendimentos de trabalho dependente num total de 2.244,59.

Informações adicionais:

- Despesas com saúde do Mário e da Paula = 1.745,79
- Descontos do Mário para o Sindicato = 220,00
- Despesas com a educação da Isadora = 805,00
- Despesas com a educação do Daniel = 1.498,00
- Retenções na fonte Cat. A (Paula) = 5.538,40
- Retenções na fonte Cat. A (Mário) = 2.116,80

Pretende-se:

- a) Em sua opinião o filho mais velho apresentará os seus rendimentos em declaração à parte ou conjuntamente com o seu agregado familiar? Justifique a sua resposta recorrendo ao respectivo enquadramento legal.
- b) Se o Daniel completasse 26 anos em 23-01-2009 e estivesse matriculado no ensino superior, manteria a mesma resposta da alínea a)? Porquê?
- c) Calcule o IRS a pagar / a receber relativo ao ano de 2008. Considere que o Daniel apresenta o seu rendimento juntamente com o agregado.
- d) Qual o valor do IRS liquidado pelo agregado familiar em 2008?
- e) Mantenha os valores propostos neste exercício relativos a Retenções na Fonte, mas considere que o resultado da operação aritmética *Colecta – Deduções à Colecta* dava igual a (7.800,00). Qual seria o valor efectivo do reembolso de IRS?
- f) Verifique qual a decisão mais vantajosa para obter poupança fiscal: deverá o Daniel apresentar o seu rendimento junto com o agregado familiar ou deverá fazê-lo numa declaração separada?
- g) Suponha agora que o Daniel tinha despesas de educação de apenas € 150,00. Manteria a mesma opinião que expressou na alínea anterior?
- h) Suponha ainda que o Daniel não tinha despesas de educação. Ainda assim manteria a opinião da alínea f)?

Resolução do Exercício 4

Agregado familiar = Mário + Paula + 2 Filhos (al. a) nº3 e nº4 do artº 13º CIRS)

a) De acordo com o previsto nos nºs anteriormente citados e nos nºs 6 e 7 do mesmo artigo, o Daniel está em condições de optar entre apresentar os seus rendimentos juntamente com o restante agregado familiar ou, em alternativa, em declaração separada.

b) Sim, de acordo com a al.b) do nº4 do Artº 13º

c) Para efeito dos cálculos desta alínea, vamos considerar que o Daniel apresenta o seu rendimento juntamente com o agregado, por ser mais vantajoso fiscalmente, como vamos ver na alínea f).

Paula

$RB_A = 2.300,00 \times 14 = 32.200,00$

Descontos p/ seg. social = $10\% \times 32.200,00 = 3.220,00 < \text{limite}$, pelo que deduzimos o limite

$DE_A = 3.680,64$ [al.a), nº1, Artº 25º CIRS]

$RL_A = 28.519,36$

Mário

$$RB_A = 1.400,00 \times 14 = 19.600,00$$

$$\text{Descontos p/ seg. social} = 11\% \times 19.600,00 = 2.156,00$$

Vou deduzir 3.680,64 [al.a), nº1, Artº 25º CIRS]

Deduziu ainda 220,00 p/ o sindicato [al.d), nº1, Artº 25º CIRS].

É maior que o limite admitido pelo CIRS: $1\% \times 19.600,00 = 196,00$.

Então considero o limite e majoro-o em 50%: $196,00 \times 1,5 = 294,00 \rightarrow$ valor a deduzir

$$DE_A = 3.680,64 + 294,00 = 3.974,64$$

$$RL_A = 15.625,36$$

Daniel

$$RB_A = 2.244,59$$

Pelo nº1 do artº 25º, deduzo o valor de 3.680,64 até à concorrência do RB, pelo que o RL_A do Daniel = 0.

Deste modo, o Daniel continua a fazer parte do agregado familiar e as suas despesas de educação podem ser utilizadas como dedução à colecta, contribuindo para diminuir o imposto a pagar. No entanto, e como apresenta rendimentos, não podemos utilizar a dedução à colecta prevista na alínea d) do nº1 do artº 79º CIRS.

$$RLT = 44.144,72$$

$$[\text{Artº} 69^\circ \text{ CIRS}] 44.144,72 / 2 = 22.072,36$$

$$[\text{Artº} 68^\circ \text{ CIRS}]$$

$$17.401,00 \times 14,8795\% = 2.589,18$$

$$5.055,36 \times 27,2\% = 1.375,06$$

$$(2.589,18 + 1.375,06) \times 2 = \mathbf{7.928,48 \text{ (Colecta)}}$$

Ded. à Colecta

$$[\text{al. a), nº1, Artº} 79^\circ \text{ CIRS}] 55\% \times 426,00 \times 2 = 468,60 \text{ (Casal)}$$

$$[\text{al. d), nº1, Artº} 79^\circ \text{ CIRS}] 40\% \times 426,00 = 170,40 \text{ (Isadora)}$$

O Daniel, ao apresentar os seus rendimentos junto com o agregado não tem direito à dedução de 40% da RMMG prevista na al. d) do Artº 79º CIRS, e a sua situação de dependente com rendimentos não permite a dedução ao agregado familiar dos 55% previstos na al. a) do nº 1 Artº 79º CIRS, pois não é considerado como sujeito passivo do imposto, se atendermos ao disposto no nº2 do Artº 13º.

$$[\text{al. a), nº1, Artº} 82^\circ \text{ CIRS}] 30\% \times 1.745,79 = 523,74$$

$$[\text{nº, Artº} 83^\circ \text{ CIRS}] (30\% \times 805,00) + (30\% \times 1.498,00) = 690,90 > \text{Limite } (1,6 \times 426,00 = 681,60), \text{ pelo que deduzimos só } 681,60.$$

$$\mathbf{\text{Sub-total do nº1 do artº} 78^\circ \text{ CIRS} = 1.844,34}$$

$$[\text{nº2, Artº} 78^\circ \text{ CIRS}]$$

$$RnF_A \text{ (Paula)} = 5.538,40$$

$$RnF_A \text{ (Mário)} = 2.116,80$$

$$\mathbf{\text{Sub-total do nº2 do artº} 78^\circ \text{ CIRS} = 7.655,20}$$

$$\mathbf{\text{Total das Ded. à Colecta} = 9.499,54}$$

c) Colecta – Ded. à Colecta = $7.915,84 - 9.499,54 = -1.571,06$, ou seja, tenho IRS a receber no valor de 1.571,06.

d) IRS Liquidado = $RnF - \text{Valor final a receber} = 6.084,14$.

e) Segundo o nº 3 do Artº 78º, o reembolso seria de apenas 7.655,20 (que é o total de RnF) e não 7.800,00, pois o contribuinte não pode recuperar mais do que o que adiantou ao Estado (neste caso, adiantamentos sob a forma de retenções na fonte).

f)

Cálculo do IRS liquidado do agregado familiar sem o Daniel

$\text{IRS liquidado} = 6.084,14 + 681,60 - (30\% \times 805,00) = 6.524,24$

O que evidencia um agravamento de 440,10 ($30\% \times 1.498,00 = 449,40$), mas junto com as despesas de educação da irmã ultrapassamos o limite em 9,30 (sendo esta a diferença entre 449,40 e 440,10): ver resolução da alínea c) do exercício.

Cálculo do IRS do Daniel com declaração separada do agregado familiar

$\text{RB}_A = 2.244,59$

Pelo nº1 do artº 25º, deduzo o valor de 3.680,64 até à concorrência do RB, pelo que o RL_A do Daniel = 0. Não há lugar a tributação.

Total do IRS liquidado neste cenário = $6.524,24 + 0 = 6.524,24$

Podemos, assim, verificar que nestas circunstâncias e com estes valores, é mais vantajoso para o agregado que o Daniel apresente os seus rendimentos junto com o dos seus pais, já que para ele é indiferente.

g)

1ª alternativa: Daniel apresenta os seus rendimentos junto com os pais, mas agora com despesas de educação de apenas 150,00.

Cálculo do IRS liquidado do agregado familiar, incluindo o Daniel

$\text{IRS liquidado na 1ª alternativa} = 6.084,14 + 681,60 - (30\% \times 805,00) - (30\% \times 150,00) = 6.479,24$

2ª Alternativa: Daniel apresenta declaração separada.

Cálculo do IRS liquidado do agregado familiar sem o Daniel

$\text{IRS liquidado} = 6.524,24 \rightarrow$ valor já calculado na alínea f)

Cálculo do IRS do Daniel com declaração separada do agregado familiar e com despesas de educação de apenas 150,00.

$\text{RB}_A = 2.244,59$

Pelo nº1 do artº 25º, deduzo o valor de 3.680,64 até à concorrência do RB, pelo que o RL_A do Daniel = 0. Não há lugar a tributação, pelo que a diminuição das despesas de educação têm impacto nulo.

Total do IRS liquidado na 2ª alternativa = $6.524,24 + 0 = 6.524,24$

Podemos igualmente verificar que, nestas circunstâncias e com estes valores, ainda assim é mais vantajoso para o agregado que o Daniel apresente os seus rendimentos junto com o dos seus pais, já que para ele é indiferente.

h)

1ª alternativa: Daniel apresenta os seus rendimentos junto com os pais, mas agora sem despesas de educação.

Cálculo do IRS liquidado do agregado familiar, incluindo o Daniel

$\text{IRS liquidado na 1ª alternativa} = 6.084,14 + 681,60 - (30\% \times 805,00) = 6.524,24$

2ª Alternativa: Daniel apresenta declaração separada.

Cálculo do IRS liquidado do agregado familiar sem o Daniel

$\text{IRS liquidado} = 6.524,24 \rightarrow$ valor já calculado na alínea f)

Cálculo do IRS do Daniel com declaração separada do agregado familiar) e sem despesas de educação.

$\text{RL}_A \text{ do Daniel} = 0.$

Continua a não haver lugar a tributação, pelo que a diminuição das despesas de educação continuam a ter impacto nulo.

Total do IRS liquidado na 2ª alternativa = $6.524,24 + 0 = 6.524,24$

Agora podemos verificar que, nestas circunstâncias e com estes valores, passa a ser indiferente para o agregado e para o Daniel que este último apresente ou não os seus rendimentos junto com o dos seus pais.

Exercício 5

Roberto e Dora são casados e têm um filho, Guilherme, com 2 anos completados em 12-10-2008; são residentes na cidade da Horta, R.A.A.

Dora tem uma actividade empresarial por conta própria (é proprietária de uma loja de desporto), enquanto Roberto é trabalhador por conta de outrem.

Roberto auferiu em 2008 a remuneração anual de 21.980,77, tendo sido retido na fonte o montante de 1.834,00.

Da sua actividade comercial, Dora não possui contabilidade organizada, sendo tributada pelo regime simplificado. Pelos seus livros de registo, foi possível obter os seguintes valores:

Prestações de Serviço	12.500,00
Vendas de mercadorias	77.313,67
Compras de Mercadorias	45.889,41
Existência Inicial	26.974,99
Existência Final	20.927,77
Remunerações do Pessoal	6.525,05
Encargos s/ remunerações da funcionária	1.549,70
Imposto de selo suportado	24,94
Material de escritório	37,41
Amortização da viatura lig. mercadorias	1.995,19
Renda das instalações	2.992,79
Seguros	199,52

Sabe-se igualmente que Dora reteve à sua funcionária Ana Maria, a título de Retenção na fonte de IRS (cat. A), um total de 26,10.

Dora efectuou igualmente 3 Pagamentos por conta em 2008, no montante de 350,00 cada.

Informações adicionais:

- Roberto e Dora suportaram em 2008 despesas com saúde num total de 550,00, das quais 220,00 foram bens sob prescrição médica com IVA à taxa normal;
- Despesas com a educação do dependente no valor de 400,00;
- Juros em 2008 do crédito à habitação no valor de 3.247,00; a amortização em 2008 do capital relativo ao mesmo crédito foi de 1.750,00.
- Em Outubro/2008 compraram uns painéis solares para aquecimento da água doméstica, no valor de 3.500,00.

Pretende-se que:

- a) Calcule o IRS a pagar (ou a receber) deste agregado familiar.
- b) Calcule o valor do IRS liquidado no ano 2008.
- c) A Dora quer saber se está a ser prejudicada por estar em regime simplificado e pediu a um TOC amigo para lhe esclarecer as dúvidas. Caso o negócio fosse tributado pela contabilidade organizada e não pelo regime simplificado, o TOC disse que os seus honorários importariam em 1.800,00 anuais, o que agravaria os custos do negócio da Dora. Mas seria vantajoso ainda assim?

Resolução do Exercício 5

Agregado familiar = Roberto + Dora + Filho (al. a) nº3 e nº4 do artº 13º CIRS)

Roberto

$RB_A = 21.980,77$

Deduziu $11\% \times 21.980,77 = 2.417,88$

Deduzo, portanto o valor previsto na al.a) do nº1 do Artº 25º → 3.680,64

$RL_A = 18.300,13$

Dora

$$RB_B = 12.500,00 \text{ (Prest. Serviços)} + 77.313,67 \text{ (vendas)} = 89.813,67$$

Aplico as regras do nº 2 do artº 31º só depois de ter comprovado que não se tratam de rendimentos acessórios previstos no nº6 do artº 31º: $12.500,00 > \frac{1}{2}$ RMMG anual, assim como $77.313,67 >$ RMMG anual. Não se trata de um rendimento acessório. Se assim fosse teria que aplicar somente as deduções previstas no artº 30º e não as regras a seguir utilizadas.

Assim, pelo nº 2 do artº 31º, vem:

$$12.500,00 \times 0,70 = 8.750,00$$

$$77.313,67 \times 0,2 = 15.462,73$$

$$RL_B = 24.212,73$$

$$RLT = 42.512,86$$

$$[\text{artº } 69^\circ \text{ CIRS}] 42.711,58 / 2 = 21.256,43$$

$$[\text{artº } 68^\circ \text{ CIRS}]$$

$$17.401,00 \times 14,8795\% = 2.589,18$$

$$3.855,43 \times 27,2\% = 1.048,68$$

$$[\text{artº } 69^\circ \text{ CIRS}] 3.637,86 \times 2 = \mathbf{7.275,72 \text{ (Colecta)}}$$

Ded. à Colecta

$$[\text{al. a), nº1, Artº } 79^\circ \text{ CIRS}] 55\% \times 426,00 \times 2 = 468,60 \text{ (Casal);}$$

$$[\text{al. d), nº1 e nº3 Artº } 79^\circ \text{ CIRS}] 80\% \times 426,00 = 340,80 \text{ (Dependente < 3 anos);}$$

$$[\text{al. a), nº1, Artº } 82^\circ \text{ CIRS}] 30\% \times 330,00 = 99,00;$$

$$[\text{al. d), nº1, Artº } 82^\circ \text{ CIRS}] 30\% \times 220,00 = 66,00, \text{ mas como temos o limite de } 62,00 \text{ (uma vez que } 2,5\% \times 330,00 = 8,25), \text{ vamos só deduzir os } 62,00.$$

$$[\text{nº1, Artº } 83^\circ \text{ CIRS}] 400,00 \times 30\% = 120,00 < \text{Limite } 681,60;$$

$$[\text{nº1, Artº } 85^\circ \text{ CIRS}] 4.997,00 \times 30\% = 1.499,10 > \text{Limite } 586,00;$$

$$[\text{nº2, Artº } 85^\circ \text{ CIRS}] 3.500,00 \times 30\% = 1.050,00 > \text{Limite } 777,00;$$

Pelo nº 3 do artº 85º CIRS (após a alteração ditada pelo O.E./2008), estas 2 deduções são cumulativas, pelo que vou poder deduzir ambas.

$$\mathbf{\text{Sub-total do nº1 Artº } 78^\circ \text{ CIRS} = 2.453,40}$$

$$[\text{nº2, Artº } 78^\circ \text{ CIRS}]$$

$$RnF_A \text{ (Roberto)} = 1.834,00$$

$$PPC \text{ (Dora)} = 350,00 \times 3 = 1.050,00$$

$$\mathbf{\text{Sub-total do nº2 Artº } 78^\circ \text{ CIRS} = 2.884,00}$$

$$\mathbf{\text{Deduções à Colecta} = 5.337,40}$$

$$\text{a) IRS a pagar} = 1.938,32$$

$$\text{b) IRS Liquidado} = 1.938,32 + 2.884,00 = 4.822,32$$

c) Se fosse tributada pelo regime de contabilidade organizada, a Dora não teria um $RL_B = 24.212,73$, mas um $RL_B = (12.500 + 77.313,67) - (45.889,41 + 26.974,99 - 20.927,77 + 6.525,05 + 1.549,70 + 24,94 + 37,41 + 1.995,19 + 2.992,79 + 199,52 + \mathbf{1.800,00}) = 89.813,67 - 67.061,23 = 22.752,44$. Como não existiriam correcções fiscais a efectuar, o valor do RL_B da Dora seria 22.752,44.

Mais baixo, portanto. No entanto, temos que fazer uma análise completa para podermos tirar conclusões.

$$\text{Roberto (sem alteração)} \rightarrow RL_A = 18.300,13$$

$$\text{Assim, o } RLT = \text{seria } 18.300,13 + 22.752,44 = 41.052,57$$

$$[\text{artº } 69^\circ \text{ CIRS}] 41.052,57 / 2 = 20.526,29$$

$$[\text{artº } 68^\circ \text{ CIRS}]$$

$17.401,00 \times 14,8795\% = 2.589,18$

$3.125,29 \times 27,2\% = 850,08$

[artº 69º CIRS] $3.439,26 \times 2 = \mathbf{6.878,52 \text{ (Colecta)}}$

Não existiriam situações passíveis de Tributação Autónoma.

Tributação pelo Reg. Simplificado

Lucro real (proveitos – custos) = $89.813,67 - 65.261,23 = 24.552,44$

Colecta gerada pela actividade cat. B = $(24.212,73 / 42.512,86) \times 7.275,72 = 4.143,81$

Lucro Líquido em regime simplificado = $24.552,44 - 4.143,81 = 20.408,63$

Tributação pela Contabilidade Organizada (cenário)

Lucro real com contabilidade organizada = $89.813,67 - 67.061,23 = 22.752,44$.

Colecta gerada pela actividade cat. B = $(22.752,44 / 41.052,57) \times 6.878,52 = 3.812,26$.

Lucro Líquido em contabilidade organizada = $22.752,44 - 3.812,26 = 18.940,18$.

Em 2008, se a Dora tivesse sido tributada na cat. B pelo regime de contabilidade organizada, aconteceria o seguinte:

A Dora perderia 1.468,45 (poupa 331,55 em IRS, mas gasta mais 1.800,00 com o TOC);

O Estado perderia 397,20, mas ganharia um valor adicional porque o IRS/IRC do TOC iria aumentar, considerando que os seus custos não aumentariam;

O TOC auferiria 1.800,00, sobre os quais pagaria os respectivos impostos incidentes (IRS ou IRC).

Concluimos que, em algumas situações, não é necessariamente desvantajoso optar por ser tributado pelo regime simplificado. Note que não podemos generalizar esta conclusão: cada situação deve ser analisada de forma global e tendo em conta todos as vantagens e desvantagens, inclusive as diferenças entre um exercício e outro e a impossibilidade de oscilar, à *posteriori*, entre os dois regimes à vontade do contribuinte.

Exercício 6

Considere a Ana, solteira, residente na Vila de Velas, R.A.A., onde é funcionária de uma empresa, tendo em 2008 auferido as seguintes remunerações:

Ordenado mensal fixo = 590,00.

Gratificação Extraordinária em Dezembro = 500,00 (não sujeita a segurança social).

Sobre estes rendimentos foram efectuadas retenções na fonte no valor de 297,36.

Os descontos para a segurança social foram de 11% sobre o ordenado mensal fixo.

As despesas efectuadas durante o ano e devidamente documentadas foram as seguintes:

- Despesas de saúde pagas e não reembolsadas = 125,70
- Despesas com a saúde do pai da Ana (c/ taxa normal de IVA, sob receita médica), que não possui rendimentos superiores à Pensão M.N., que tem um grau de deficiência > 60% e que vive em economia comum com a filha = 385,00
- Amortização do empréstimo para aquisição da sua residência = 750,00
- Juros com empréstimo para aquisição da sua residência = 1197,11
- Donativo concedido à paróquia de São Jorge, Velas = 400,00

Pretende-se:

O cálculo do IRS a pagar / a receber referente ao ano de 2008.

Resolução do Exercício 6

Sujeito Passivo → Ana (n.ºs 1 e 2 do Art.º 13.º)

$RB_A = (590,00 \times 14) + 500,00 = 8.760,00$ [al.a), n.º1 Art.º 2.º CIRS e n.º2 Art.º 2.º CIRS]

Deduziu 11% x 8.260,00 = 908,60

Deduzo, pela al. a) n.º1 Art.º 25.º, 3.680,64

$RL_A = 5.079,36 = RLT$

[Art.º 68.º CIRS]

$4.639,00 \times 8,40\% = 389,68$

$440,36 \times 10,4\% = 45,80$

Colecta = 435,48

Ded. à Colecta

[al. a), n.º1, Art.º 79.º CIRS] $55\% \times 426,00 = 234,30$

[al. e), n.º1 Art.º 79.º CIRS] $55\% \times 426,00 = 234,30$.

No entanto, como estamos nas condições do n.º4 do art.º 79.º, a dedução é de 362,10.

[al. a), n.º1, Art.º 82.º CIRS] $30\% \times 125,70 = 37,71$

[al. d), n.º1, Art.º 82.º CIRS] $30\% \times 385,00 = 115,50$ (lim é 62,00 ou $2,5\% \times 125,70 = 3,14$)

Deduzo, portanto, o valor de 62,00.

[al. a), n.º1, Art.º 85.º CIRS] $30\% \times (750,00 + 1.197,11) = 584,13 > \text{Limite}$

Deduzo, portanto, o limite 586,00.

[n.º1, Art.º 87.º CIRS] $1,5 \times 426,00 = 639,00$ (direito à dedução do pai da Ana)

[Art.º 88.º CIRS] e [N.º2, Art.º 63.º, n.º2 EBF]: $25\% \times 400,00 = 100,00 > \text{limite de } 15\% \text{ colecta, que importa em } 65,32$. Deduzo o limite majorado: $65,32 \times 1,3 = 84,92$.

Sub-total do n.º1 do art.º 78.º CIRS = 2.006,03

[N.º2, Art.º 78.º CIRS] $RnF_A = 297,36$

Total das Ded. à Colecta = 2.303,39

IRS (a recuperar) = $435,48 - 2.303,39 = (1.867,91)$

No entanto, a Ana terá somente a receber um reembolso de 297,36, ou seja, o valor da retenção na fonte que lhe foi aplicada ao longo do ano (de acordo com o n.º3 do Art.º 78.º).

IRS a receber = 297,36;

IRS Liquidado = 0

O casal Xavier e Luísa, sem dependentes, reside em Vila Franca do Campo, R.A.A.

Luísa é reformada, tendo auferido uma pensão de 24.477,16, tendo sido efectuadas retenções na fonte no valor de 2.350,00.

É igualmente proprietária de um imóvel, actualmente arrendado, e que lhe proporciona um rendimento anual de 6.309,00. A único encargo em 2008 relativo a este imóvel foi o IMI, no valor de 489,00.

Xavier é empresário, sendo sócio-gerente de uma empresa industrial sediada na Lagoa. Obteve em 2008 os seguintes rendimentos:

- Remuneração mensal pelas suas funções de sócio-gerente = 4.000,00 (valor que foi sujeito a 20,0% de retenção na fonte de IRS e a 10% para a segurança social).
- Obteve uma distribuição de lucros da sua empresa (relativa ao resultado líquido de 2007) no valor de 25.000,00 (a empresa distribuiu 50.000,00). Nesta operação foi efectuada a respectiva retenção na fonte à taxa liberatória de 16%, pela al. c) do nº3 do artº 71º CIRS e nº1 do artº 4º do DLR 2/99/A).

O casal alienou, em Março/2008, um outro imóvel, não afecto à sua habitação própria e permanente, que detinham desde Abril/1989. Valor da venda: 160.000,00. O imóvel estava registado desde 1989 com o valor de 66.000,00. O seu valor patrimonial tributário, após a transmissão (1ª na vigência do IMI), foi definido em 155.000,00.

O casal obteve igualmente juros no valor de 1.597,00 (de uma conta de poupança que detêm conjuntamente), tendo sido aplicada sobre estes uma retenção na fonte à taxa de 16% (20% x 0,8, segundo a al. a) do nº3 do artº 71º CIRS e o DLR 2/99/A), no valor de 255,52, pelo que o casal só ficou com 1.341,48 disponíveis.

Informações adicionais:

- Xavier é detentor de 50% do capital da sociedade em que trabalha (esta tem somente instalações na R.A.A.).
- O resultado líquido de 2007 da empresa foi de 90.783,62, sendo a taxa de IRC aplicável à empresa a taxa normal para a Região Autónoma dos Açores (cf. DLR 2/99/A).
- Despesas de saúde = 1.738,22, das quais 290,00 foram bens sob prescrição médica com IVA à taxa normal;
- Contribuições do Xavier, no ano, para uma conta do Regime Público de Capitalização = 1.750,00
- Contribuições da Luísa, no ano, para uma conta do Regime Público de Capitalização = 1.750,00
- Honorários de um advogado = 260,00
- Donativo concedido ao futebol infantil do C.D. Santa Clara (reconhecido como Instituição de Utilidade Pública) = 500,00
- Prémio de seguro de vida = 1.250,00
- Prémio de seguro de saúde = 1.000,00
- Prémio de seguro de acidentes pessoais = 280,00

Pretende-se:

- a) Calcule o IRS a pagar (ou a receber) deste casal relativamente ao ano fiscal de 2008, considerando que decidiram não englobar os rendimentos de capitais.
- b) Indique o IRS liquidado em 2008.
- c) Se o imóvel tivesse sido adquirido em Abril de 1988, qual seria o rendimento colectável do casal em 2008?
- d) Se Xavier decidisse englobar os lucros que recebeu da sua empresa, qual seriam os valores das alíneas a) e b)?
- e) Se o VPT do imóvel fosse fixado em 165.000,00, qual seria o valor do RL_G?

Agregado familiar = Xavier + Luísa (al. a) nº3 do artº 13º CIRS)

Luísa

$RB_H = 24.477,16$ (Artº 11º, nº1, al.a))

$DE_H = 6.000,00$ (Artº 53º, nºs 1 e 2)

$RL_H = 18.477,16$

$RB_F = 6.309,00$

$DE_F = 489,00$

$RL_F = 5.820,00$

Xavier

$RB_A = 4.000,00 \times 14 = 56.000,00$

Descontos p/ Seg. Social = $10\% \times 56.000,00 >$ Ded. prevista na al. a) nº1 Artº 25º, pelo que vou deduzir os descontos reais para a Segurança Social.

$DE_A = 5.600,00$

$RL_A = 50.400,00$

$RB_E = 0$, porque decidiu não englobar os rendimentos sujeitos a taxa liberatória.

Valor de registo = 66.000,00

Correcção monetária (1989) = 2,26

Valor de registo (corrigido) = $66.000,00 \times 2,26 = 149.160,00$

Valor de venda = 160.000,00. É este o valor que vamos considerar para efeitos de definição da MV fiscal, pois o VPT é inferior (somente 155.000).

RB_G (Mais-Valia Fiscal) = $160.000,00 - 149.160,00 = 10.840,00$ (al. a) nº1 artº 10º)

$RL_G = 10.840,00 \times 50\% = 5.420,00$ (nº 2 do artº 43º)

$RLT = 80.117,16 =$ Rend. Colectável

[Artº 69º] $80.117,16 / 2 = 40.058,58$

[Artº 68º]

$40.020,00 \times 21,8430\% = 8.741,57$

$38,58 \times 29,2\% = 11,27$

[Artº 69º] $8.752,84 \times 2 = \mathbf{17.505,68}$ (Colecta)

Ded. à Colecta

[al. a), nº1, Artº 79º CIRS] $55\% \times 426,00 \times 2 = 468,60$ (Casal)

[al. a), nº1, Artº 82º CIRS] $30\% \times (1.738,22 - 290,00) = 434,47$

[al. d), nº1, Artº 82º CIRS] $30\% \times 290,00 = 87,00$, mas como temos o limite de 62,00 (uma vez que $2,5\% \times 1.448,22 = 36,21$), vamos só deduzir os 62,00.

[Artº 88º, nº2 CIRS e Artº 17º, nº1 EBF] $20\% \times (1.750,00 \times 2) = 700,00$, o que iguala o limite de 350,00 por S.P., pelo que aceitamos à dedução o valor 700,00 para este casal.

Despesas com o advogado: Nada deduz, pois esta disposição foi revogada pelo O.E. 2005 [tratava-se do antigo Artº 87º CIRS]

[nº1, Artº 86º CIRS] $25\% \times (1.250,00 + 280,00) = 382,50 >$ Limite

Assim, deduzo somente o limite, ou seja, 124,00

[al. b), nº3, Artº 86º CIRS] $30\% \times (1.000,00) = 300,00 >$ Limite

Assim, deduzo somente o limite, ou seja, 164,00

[Artº 88º CIRS] e [Artº 63º, nº1, al. b) do EBF] $500,00 \times 25\% = 125,00 <$ 15% Colecta

Assim, deduzo 125,00

Sub-total do nº1 do artº 78º CIRS = 2.078,07

Artº 78º nº2:

RnF cat H (Luísa) = 2.350,00

RnF cat A (Xavier) = 11.200,00

Sub-total do nº2 do artº 78º CIRS = 13.550,00

Total de Ded. à Colecta = 15.628,07

a) IRS = 17.505,68 – 15.628,07 = 1.877,61 (IRS a pagar)

b) IRS Liquidado = 13.550,00 + 1.877,61 = 15.427,61

Outra forma de cálculo do IRS Liquidado: 17.505,68 – 2.078,07 = 15.427,61.

A este valor deveremos adicionar os valores que foram sujeitos a taxa liberatória (rendimentos de capital), num total de 4.255,52, o que perfaz um total de IRS suportado de 19.683,13.

c) Neste caso o Rendimento Colectável seria diminuído em 5.420,00, ou seja, passava a ser somente 74.697,16, pois de acordo com o artº 5º do D.L. 442-A/88 de 30 de Novembro, o valor da mais-valia neste cenário não seria sujeita a tributação em sede de IRS.

d)

$RB_E = 25.000,00 + 1.597,00$

$DE_E = 25.000,00 / 2 = 12.500,00$ (Artº 40º-A, nº1)

$RL_E = 12.500,00 + 1.597,00 = 14.097,00$

RnF Lucros → $16\% \times 25.000 = 4.000,00$

RnF Juros → $16\% \times 1.597,00 = 255,52$

$RnF_E = 4.000,00 + 255,52 = 4.255,52$ (a utilizar posteriormente na dedução à colecta)

$RLT = 80.117,16 + 14.097,00 = 94.214,16$

[Artº 69º] $94.214,16 / 2 = 47.107,08$

[Artº 68º]

$40.020,00 \times 21,8430\% = 8.741,57$

$7.087,08 \times 29,2\% = 2.069,43$

[Artº 69º] $10.811,00 \times 2 = \mathbf{21.622,00}$ (Colecta)

Ded. à Colecta

Os valores do nº1 do artº 78º CIRS permanecem sem alteração

Sub-total do nº1 do artº 78º CIRS = 2.078,07

Artº 78º nº2: RnF cat H (Luísa) = 2.350,00

Artº 78º nº2: RnF cat A (Xavier) = $20,00\% \times 4.000,00 \times 14 = 11.200,00$

Artº 78º nº2: $RnF_E = 4.255,52$

Sub-total do nº2 do artº 78º CIRS = 17.805,52

Total de Ded. à Colecta = 19.883,59

IRS a pagar = $21.622,00 - 19.821,21 = 1.738,41$

IRS Liquidado = $17.805,52 + 1.738,41 = 19.543,93$

Como conclusão, neste cenário, o casal poupa somente $19.683,13 - 19.543,93 = 139,20$, pois apesar de utilizar a RnF_E que anteriormente seria perdida, a maior parte do efeito favorável ao contribuinte é perdido pelo facto do acréscimo de rendimento ser tributado a uma taxa superior aos 16% da retenção na fonte.

Efeito favorável: RnF_E utilizável = 4.255,52

Efeitos desfavoráveis: Tributação de $\frac{1}{2}$ do lucro atribuído = $12.500 \times 29,2\% = 3.650,00$

Tributação dos juros de D. Prazo = $1.597,00 \times 29,2\% = 466,32$

Efeito global = $4.255,52 - 3.650,00 - 466,32 = 139,20$

e) Se o VPT do imóvel fosse fixado em 165.000,00, a Mais-Valia Fiscal seria calculada do seguinte modo:

Valor de registo = 66.000,00

Correcção monetária (1989) = 2,26

Valor de registo (corrigido) = 66.000,00 x 2,26 = 149.160,00

Valor de venda = 160.000,00.

Mas como este valor é menor que o VPT de 165.000,00, é este último que vamos utilizar para definirmos o valor da Mais-Valia Fiscal – segundo o nº2 e a al. f) do nº1 do artº 44º CIRS.

RB_G (Mais-Valia Fiscal) = 165.000,00 – 149.160,00 = 15.831,00 [al. a) nº1 artº 10º CIRS]

...que é somente considerada pela metade, para efeitos do rendimento colectável

RL_G = 15.831,00 x 50% = 7.915,50 (nº 2 do artº 43º)